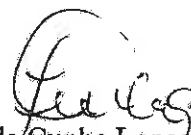
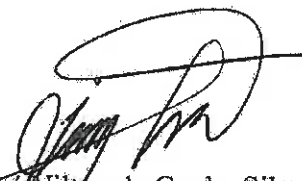


ATA Nº 01/2016.

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
DE DIRIGENTES LOJISTAS DE
URUGUAIANA, REALIZADA EM
27 DE ABRIL DE 2016.**

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia vinte sete de abril de dois mil e dezesseis. LOCAL E HORA: Avenida Duque de Caxias, 2173, em Uruguai, na sede social, às vinte horas em segunda chamada. PRESENCAS: associadas efetivas no pleno exercício do direito de voto, como se constata pelo livro de presenças. MESA DIRIGENTE: A mesa diretiva dos trabalhos ficou assim constituída: Sra. Luciane da Cunha Lopes, Presidente da CDL; Jorge Rafael Urquiza, Presidente do Conselho Consultivo; Sr. Jorge Claudimir Prestes Lopes, Vice-presidente da FCDL/RS e Secretário de Indústria, Comércio e Turismo; Sr. Clarindo Martins Barbosa, Diretor Distrital da FCDL/RS e Secretário Municipal de Segurança e Trânsito; Sr. Marcelo Baranski Feres, Gestor de Políticas Públicas do Sebrae da Regional Campanha e Fronteira Oeste; Sr. José Nilton da Cunha Silva, Assessor para Assuntos Tributários e Contábeis, Dr. Asclepiades da Silva Barros Sobrinho, Assessor Jurídico da CDL. ORDEM DO DIA: Discutir e votar a proposta de alteração do estatuto da entidade. A Minuta da alteração foi lida na íntegra e debatidas pelos presentes, contendo as seguintes alterações: " **Artigo 1º - j) Poderá participar de quadro societário em empresas de economia mista ou sociedade anônima; d) manter ação institucional e atividades, bem como ofertar serviços de utilidade para empresas lojistas, empresas em geral, prestador de serviços, profissionais liberais e demais associados, mediante recursos específicos; Artigo 4º - § 3º Qualquer empresa ou cidadão residente em Uruguai e região poderá associar-se a CDL, na condição de associada usuária, após aprovação da Diretoria Executiva por maioria simples**". Ao final, não havendo mais manifestação, deu-se por esgotada a ordem do dia e aprovado, por unanimidade, o estatuto alterado da Câmara de Dirigentes Lojistas de Uruguai e que atendendo as formalidades legais, será devidamente registrado, contemplando as alterações ora aprovada. Finalizando a assembleia a Ata foi redigida, lida e aprovada por unanimidade e vai assinada pelo Presidente, Diretor Administrativo e Advogado da entidade.


Luciane da Cunha Lopes
Presidente CDL
José Nilton da Cunha Silva
Diretor Administrativo
Asclepiades da Silva Barros Sobrinho
Assessor Jurídico OAB/RS 15.159

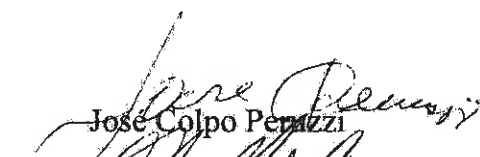
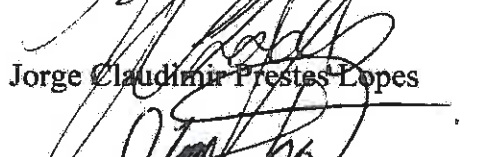

Sistema CNDL

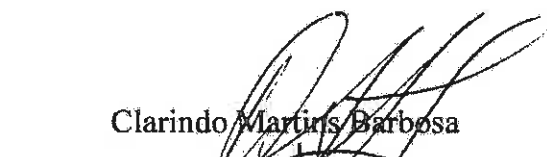

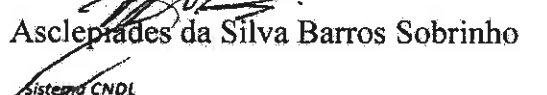


ATA Nº 01/2016

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO
CONSULTIVO DA CÂMARA DE
DIRIGENTES LOJISTAS DE
URUGUAIANA, REALIZADA EM 20
DE ABRIL DE 2016.**

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às dezenove horas e trinta minutos, na sala da diretoria da sede social, sita na av. Duque de Caxias nº 2173, reuniu-se o Conselho Consultivo da Câmara de Dirigentes Lojistas de Uruguaiiana, sob a presidência do Sr. Jorge Alberto Rafael Urquiza. Presentes os seguintes conselheiros: José Colpo Peruzzi, Clarindo Martins Barbosa, Jorge Alberto Rafael Urquiza e Jorge Claudimir Prestes Lopes. Presentes também o Sr. Jose Nilton da Cunha Silva, assessor contábil e Sr. Asclepiades da Silva Barros Sobrinho, assessor jurídico. Aberta a reunião o Presidente, fazendo uso da palavra, explanou sobre relevância social e política que a entidade conquistou ao longo das ultimas gestões frente à comunidade. Após dando sequência a pauta da reunião o presidente do conselho colocou em discussão a proposta de alteração estatutária: " **Artigo 1º - j) Poderá participar de quadro societário em empresas de economia mista ou sociedade anônima; d) manter ação institucional e atividades, bem como ofertar serviços de utilidade para empresas lojistas, empresas em geral, prestador de serviços, profissionais liberais e demais associados, mediante recursos específicos; Artigo 4º - § 3º Qualquer empresa ou cidadão residente em Uruguaiiana e região poderá associar-se a CDL, na condição de associada usuária, após aprovação da Diretoria Executiva por maioria simples**". Depois de discuti-la e aprovada por unanimidade, segue para aprovação da Assembleia Geral Extraordinária. E, eu, Jorge Claudimir Prestes Lopes, Conselheiro Consultivo, para constar lavrei a presente ata, que após lida, votada e aprovada, vai por mim, pelo Presidente e demais presentes, devidamente assinada. Uruguaiiana-RS, aos 20 de abril de 2016.


José Colpo Peruzzi

Jorge Claudimir Prestes Lopes

Jose Nilton da Cunha Silva


Clarindo Martins Barbosa

Jorge Alberto Rafael Urquiza

Asclepiades da Silva Barros Sobrinho



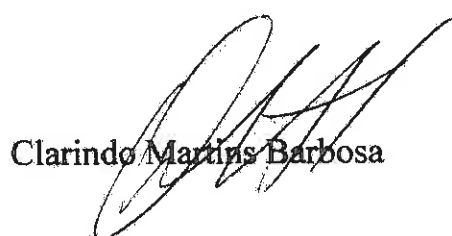
PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO

Os membros do Conselho Consultivo da Câmara de Dirigentes Lojistas de Uruguai, abaixo firmados, no cumprimento de suas atribuições estatutárias reuniram-se no dia 20 de abril de 2016 às 19h30min, para exame e discussão da proposta de alteração estatutária da entidade: "**Artigo 1º - j) Poderá participar de quadro societário em empresas de economia mista ou sociedade anônima; d) manter ação institucional e atividades, bem como ofertar serviços de utilidade para empresas lojistas, empresas em geral, prestador de serviços, profissionais liberais e demais associados, mediante recursos específicos; Artigo 4º - § 3º Qualquer empresa ou cidadão residente em Uruguai e região poderá associar-se a CDL, na condição de associada usuária, após aprovação da Diretoria Executiva por maioria simples**". Após análise criteriosa, por unanimidade, esse conselho recomenda a assembleia geral pela aprovação das alterações propostas pela diretoria.

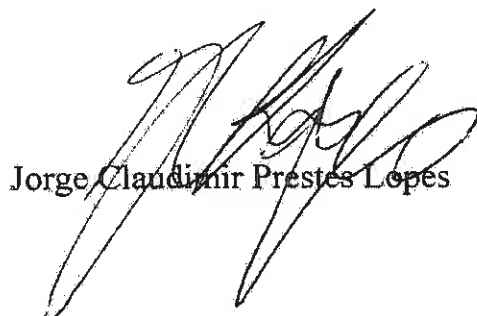
Uruguai, 20 de abril de 2016.



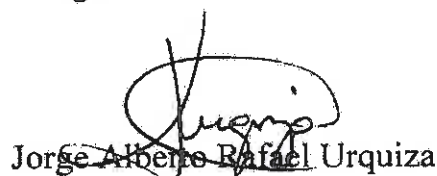
José Colpo Peruzzi



Clarindo Martins Barbosa



Jorge Claudimir Prestes Lopes



Jorge Alberto Rafael Urquiza

1 ESTATUTO DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE URUGUAIA**2 CAPÍTULO I****3 DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADES.**

4 Art. 1º- A Câmara de Dirigentes Lojistas de Uruguai, designada pela sigla CDL, é
5 uma entidade civil, sem fins econômicos, fundada em 03 de setembro de 1964, com
6 sede e foro na cidade de Uruguai, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Duque de
7 Caxias, 2173, com duração por prazo indeterminado, tendo por finalidade:

8 a) amparar, defender, orientar, coligar e representar, os seus legítimos interesses e de
9 seus associados lojistas junto aos Poderes Públicos, inclusive perante o Poder Judiciário,
10 na qualidade de substituto processual, na forma dos dispositivos legais e
11 constitucionais;

12 b) promover a melhoria dos conhecimentos técnicos especializados e a aproximação
13 entre dirigentes de empresas lojistas, para estimular o companheirismo e colaborações
14 recíprocas, além de criar clima propício à troca de informações e idéias no plano
15 comum e no que é peculiar;

16 c) divulgar e concretizar, junto à comunidade, serviços e atividades prestadas pelas
17 empresas lojistas, além de cooperar com as autoridades, associações e entidades de
18 classe, em tudo o que interessa, direta e indiretamente, à comunidade;

19 d) manter ação institucional e atividades, bem como ofertar serviços de utilidade para
20 empresas lojistas, empresas em geral, prestador de serviços, profissionais liberais e
21 demais associados, mediante recursos específicos;

22 e) acompanhar e promover as iniciativas legislativas, estimulando as que possam
23 contribuir para o desenvolvimento do comércio lojista e combatendo as que ferem os
24 interesses da classe;

25 f) defender o princípio da liberdade no campo político, sob a forma de democracia, e no
26 campo econômico, primando pela livre iniciativa e à livre concorrência;

27 g) manter um quadro de funcionários qualificado, valorizado e motivado, zelar pela boa
28 imagem da entidade e preservar sempre a auto-suficiência financeira;

29 h) divulgar idéias, produtos, técnicas e serviços, apresentando inovações nos processos
30 de comercialização através de cursos, palestras, promoção de feiras, exposições,
31 seminários, encontros e outros eventos;

32 i) apoiar e prestigiar a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas-CNDL e a
33 Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul-FCDL/RS.

34 j) Poderá participar de quadro societário em empresas de economia mista ou sociedade
35 anônima;

CAPÍTULO II**DAS ASSOCIADAS****SEÇÃO I - DAS CATEGORIAS DAS ASSOCIADAS**

36 Art. 2º - O quadro social da CDL compreende as seguintes categorias:

37 a) Efetivas;

38 b) Colaboradoras;

39 c) Honorários;

40 d) Usuárias;

41 Parágrafo Único - Ao se admitir Associada Efetiva se buscará o equilíbrio entre
42 representantes de diversos ramos de atividades.

43 Art. 3º - São condições para admissão à categoria de Associadas Efetivas:

44 a) considerar -se-á Associada Efetiva a empresa lojista de boa reputação e conceito
45 adquirido na prática dos atos da vida comercial e possuir espírito comunitário, de

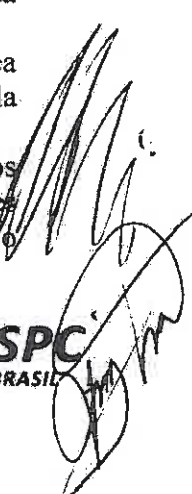
Handwritten signature and initials.

46 colaboração e de solidariedade com a classe.
47 b) ser a empresa proposta por Associada Efetiva;
48 c) ser aprovado por maioria simples, em votação pelos membros da diretoria;
49 d) Observado o Parágrafo Único do Art. 2º do estatuto social, e as demais condições de
50 admissão como associada nesta categoria, a critério da diretoria, será admitida nova
51 Associada Efetiva dentre as empresas comerciais associadas na condição de Usuárias.
52 §1º a empresa que não possuir diretoria sediada em Uruguai poderá se fazer
53 representar por seu gerente principal com direito a voto, não podendo ser eleito
54 presidente ou vice-presidente da CDL nem substituí-los;
55 §2º Poderão ser admitidas na categoria de Associadas Efetivas, associações de lojistas
56 cuja área de influência e/ou atuação esteja restrita a locais e regiões do município e que
57 tenham os mesmos objetivos da CDL;
58 §3º As Associações de Lojistas referidas no parágrafo anterior devem ter personalidade
59 jurídica e os seus Presidentes devem ser lojistas;
60 Art. 4º - São condições para admissão de Associadas na categoria Colaboradoras e
61 Usuárias, o disposto nos parágrafos seguintes.
62 §1º - Poderão ser admitidas na categoria de Associadas Colaboradoras, com observância
63 do disposto nas alíneas "b" e "c" do artigo 3º deste estatuto, as pessoas jurídicas que
64 exerçam ou representem atividade econômica no âmbito do município da CDL, tais
65 como: empresas de prestação de serviços, instituições financeiras, associações,
66 sindicatos, condomínios, órgãos públicos e privados;
67 §2º - Os profissionais liberais com atividades regulamentadas em lei, com observância
68 do disposto nas alíneas "b" e "c" do artigo 3º deste estatuto, poderão ser admitidos na
69 categoria de Associadas Colaboradoras;
70 § 3º Qualquer empresa ou cidadão residente em Uruguai e região poderá associar-se
71 a CDL, na condição de associada usuária, após aprovação da Diretoria Executiva por
72 maioria simples;
73 Art. 5º - São associadas honorárias as pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado
74 relevantes serviços à classe lojista ou a CDL, aprovados por maioria simples em
75 votação secreta em reunião da Assembleia Geral;

SEÇÃO II - DOS DIREITOS E DEVERES DAS ASSOCIADAS

77 Art. 6º - São direitos das Associadas Efetivas:
78 a) votar e ser votado para qualquer cargo;
79 b) participar das reuniões da Assembleia Geral, tanto as de caráter ordinário quanto
80 extraordinário, apresentando propostas e sugestões;
81 c) usufruir serviços colocados à disposição pela CDL;
82 d) demitir-se definitivamente dos quadros de associados da CDL, através de aviso
83 escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.
84 § 1º - Cada Associada Efetiva terá direito apenas a um voto, independente do número de
85 seus representantes na Câmara.
86 § 2º - Será, automaticamente, desligado da CDL a associada que perder a sua
87 capacidade jurídica.
88 Art. 7º - São direitos das associadas Usuárias e Colaboradoras os constantes na alínea
89 "c" e "d" do artigo anterior, bem como a participação nos eventos promovidos pela
90 entidade, desde que convidados pela Diretoria.
91 Art. 8º- São direitos dos associados honorários participar de todos os eventos
92 promovidos pela CDL, como convidado especial, e de todos os fóruns e discussões
93 relevantes do movimento lojista, podendo contribuir com idéias e sugestões para o

fel



engrandecimento da classe, **“mas sem direito a voto”**.

Art. 9.º - Constituem deveres das Associadas Efetivas:

a) comparecerem às reuniões da Assembléia Geral e outras para as quais forem convocados;

b) pagar nos vencimentos as contribuições e taxas que lhes couberem;

c) cumprir e fazer cumprir este Estatuto;

d) representar a CDL por delegação do Presidente;

e) prestar informações de interesse do movimento lojista, sempre que solicitados pela Diretoria Executiva e/ou por deliberação da Assembléia Geral;

f) comunicar, por escrito, no prazo de 30 (trinta dias), eventuais alterações ocorridas nos atos constitutivos da empresa;

Art. 10º - Constituem deveres das associadas usuárias e colaboradoras, os constantes nas alíneas “b”, “c”, “e” e “f” do artigo anterior;

SEÇÃO III - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 11º - O atraso no pagamento das contribuições devidas pelas associadas, por período superior a 90 (noventa) dias, implicará na suspensão automática dos direitos decorrentes deste Estatuto, o que será comunicado pela Diretoria Executiva à associada infratora, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para regularização do débito.

§ primeiro: Decorrido o prazo acima, sem que a associada infratora tenha adimplido a sua obrigação, o Presidente da CDL comunicará o fato à Diretoria Executiva, para que esta promova o desligamento no prazo de 10 (dez) dias.

§ segundo: Considera-se atrasada a contribuição que não for paga até o último dia do mês subsequente ao mês de referência, sem prejuízo correção monetária e juros legais devidos da data do inadimplemento.

Art. 12º - Por ato da Diretoria da CDL, serão desligadas as Associadas Usuárias e Colaboradoras que infringirem o presente Estatuto, regulamentos e deliberações emanadas dos órgãos competentes.

Art. 13º - A Associada Efetiva que infringir deliberações que dizem respeito à vida interna da CDL ou que violar suas normas estatutárias poderá ser eliminada do quadro social por voto da maioria dos membros do Conselho Consultivo, convocados por solicitação do Presidente da CDL para tal fim, dando-se ao acusado amplo direito de defesa.

Art. 14º - Da decisão de que trata o artigo anterior, a associada poderá recorrer no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da pena, para a Assembléia Geral, nos 30 (trinta) dias subsequentes ao recebimento do recurso, que não terá efeito suspensivo.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONSULTIVO.

Art. 15º - São órgãos diretivos e consultivos da CDL:

a) Assembléia Geral;

b) Conselho Consultivo;

c) Conselho Fiscal;

d) Diretoria Executiva.

SEÇÃO I - DA ASSEMBLÉIA

Art. 16º - A Assembléia é o órgão superior e soberano da CDL, formada pelo universo das Associadas Efetivas reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, 06 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, quando convocada na forma deste Estatuto.

Parágrafo Único - A Assembléia instalar-se-á mediante o quorum de 3/4 de suas

Sistema CNDL



142 associadas efetivas, em primeira convocação, e, em segunda, com qualquer número.

143 Art. 17º - Compete à Assembléia Geral:

144 a) eleger a Diretoria;

145 b) alterar o Estatuto;

146 c) aprovar as contas, balanços e relatórios anuais apresentados pela Diretoria;

147 d) aprovar a alienação ou gravames de qualquer natureza a incidir sobre a renda ou
148 patrimônio da CDL;

149 e) apreciar os recursos contra a exclusão de Associadas Efetivas e associadas
150 colaboradoras;

151 f) decidir, em definitivo, sobre matérias que não sejam de competência da Diretoria;

152 g) deliberar acerca de outras matérias constantes do Edital de Convocação;

153 h) eleger Comissão de Sindicância;

154 i) destituir administradores por falta grave;

155 j) eleger o Conselho Fiscal;

156 k) dar posse à Diretoria e ao Conselho Fiscal;

157 l) apreciar a indicação de membros para cargos vagos na diretoria;

158 Art. 18º. A Assembléia deliberará mediante o voto da maioria simples dos presentes,
159 ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto e no ordenamento civil.

160 Parágrafo único - Para as deliberações a que se referem às alíneas "b", "d" e "i" do art.
161 17 será exigido dois terços dos votos concordes dos presentes a Assembléia,
162 especialmente convocadas para este fim, somente podendo deliberar mediante o voto da
163 maioria absoluta das associadas efetivas.

164 Art. 19º - A Assembléia reunir-se-á:

165 I) ordinariamente, no mínimo, seis (6) vezes por ano;

166 a) bienalmente, no mês de novembro, para dar cumprimento ao disposto na alínea "a" e
167 "j" do artigo 17, ou seja, eleger a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;

168 b) bienalmente, na segunda quinzena de dezembro do ano em que ocorrer a eleição ou
169 na primeira quinzena de janeiro do ano seguinte, para dar posse a Diretoria Eleita e
170 Conselho Fiscal;

171 c) anualmente, no primeiro trimestre, para dar cumprimento ao disciplinado na letra "c",
172 do artigo 17;

173 II) extraordinariamente, para dar cumprimento ao disciplinado no item "b" e "i" do art.
174 17 e, ainda, sempre que convocada;

175 Art. 20º - A Assembléia poderá ser convocada pelo Presidente, por qualquer órgão de
176 administração, pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) do total das Associadas
177 Efetivas em pleno gozo de seus direitos e deveres estatutários;

178 Art. 21º - As Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10
179 (dez) dias úteis, mediante convocação protocolada;

180 Art. 22º - O Presidente somente vota nos casos de empate, cabendo ao mesmo o voto de
181 "minerva";

182 Parágrafo Único - O presente artigo não se aplica aos casos previstos nas alíneas "c",
183 "d" e "e" do art. 17.

184 Art. 23º - Presidirá as Assembléias Gerais o Presidente da CDL e, em sua ausência, será
185 presidida, pela ordem, pelo Vice-Presidente e, na falta destes, por um integrante da
186 diretoria escolhido por votação.

187 SEÇÃO II - DO CONSELHO CONSULTIVO

188 Art. 24º - O Conselho Consultivo é um órgão permanente e moderador da CDL, tendo
189 como membros os ex-presidentes da CDL e que estejam em pleno gozo de seus direitos.

e deveres estatutários.

Art. 25º - O Presidente do Conselho Consultivo será eleito bienalmente no mês de outubro, por maioria de seus membros, em reunião convocada especialmente para este fim.

Art. 26º - Compete ao Conselho Consultivo:

a) pronunciar -se sobre questões internas e externas que lhes forem submetidas pelo Presidente da CDL, Assembléia Geral e Conselho Fiscal;

b) opinar, previamente, sobre propostas de alterações estatutárias, aprovando as suas alterações a serem submetidas em reunião extraordinária da Assembléia Geral para aprovação final;

c) apreciar a eventual renúncia, parcial ou total, da Diretoria Executiva, bem como a do Presidente da CDL;

d) supervisionar as eleições da CDL e dar posse aos membros do Conselho Fiscal e Diretoria Executiva;

e) opinar sobre as mutações patrimoniais da CDL que atinjam mais de 30% (trinta por cento) de seu patrimônio contábil;

f) pronunciar sobre questões que lhes forem submetidas e que envolvam entendimentos, acordos e relacionamentos com autoridades públicas, associações e entidades;

g) apreciar relatórios de auditoria de balanços;

h) as atribuições constantes no art. 13 do presente Estatuto.

Parágrafo Único - O Conselho Consultivo deliberará por maioria simples dos presentes, exceto no caso do item "h" que exigira maioria absoluta, sendo suas reuniões convocadas pelo seu Presidente ou por qualquer de seus membros.

SEÇÃO III - DO CONSELHO FISCAL

Art. 27º - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes, eleitos de conformidade com o art. 42, sendo de sua obrigação examinar trimestralmente, os livros e documentos e o estado do caixa e da carteira da CDL e, anualmente, o balanço anual, as contas do exercício financeiro, emitindo parecer.

Parágrafo único - O Conselho Fiscal deverá anualmente ou quando entender necessário, ser assessorado por contabilista legalmente habilitado para as atribuições constantes no "caput" deste artigo.

SEÇÃO IV - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 28º - A Diretoria Executiva da CDL será composta de 09 (nove) membros:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

c) Diretor Financeiro;

d) Diretor Administrativo;

e) Diretor de Serviços e Produtos;

f) Diretor Comercial e de Expansão;

g) Diretor para Assuntos de Comunicação e Eventos;

h) Diretor para Assuntos Públicos e Políticos;

i) Diretor de Patrimônio.

Art. 29º - Compete à Diretoria Executiva:

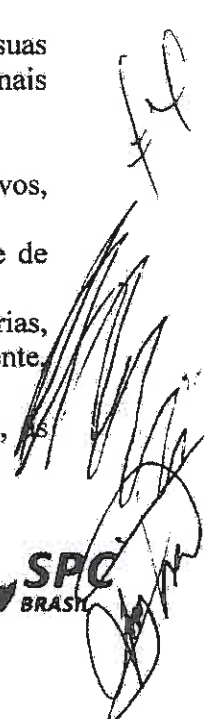
a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto;

b) manter-se vigilante na defesa dos interesses da CDL;

c) apresentar, a Assembléia Geral, os pareceres e conclusões das reuniões de Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo;

d) reunir-se, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria de

- 238 seus membros;
- 239 e) lavrar ata de suas reuniões, incluindo pauta de assuntos pendentes;
- 240 f) aprovar os valores dos serviços prestados as associadas, que entrarão em vigor
- 241 imediatamente;
- 242 g) aprovar e limitar despesas de representação previstas no art. 58;
- 243 h) submeter à Assembléia Geral, em reunião ordinária, anualmente, até o mês de março
- 244 as contas tratadas no art. 17, letra "c" e, ainda, a previsão orçamentária anual da CDL;
- 245 i) avaliar, a cada mês, o comportamento da previsão orçamentária;
- 246 j) analisar, aprovar e enviar ao Conselho Fiscal os balancetes mensais.
- 247 **Parágrafo Único** - Por decisão do Presidente da CDL, membro da Diretoria Executiva
- 248 que deixar de comparecer às suas reuniões por 3 (três) vezes consecutivas e sem
- 249 justificativa perderá o seu cargo. O cargo vago será preenchido por indicação do
- 250 Presidente e "ad referendum" da Assembléia Geral.
- 251 **Art. 30º - Compete ao Presidente:**
- 252 a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
- 253 b) coordenar o desempenho político, institucional, administrativo e econômico-
- 254 financeiro da CDL, através de suas associadas;
- 255 c) assinar todos os documentos e ofícios que envolvam responsabilidades;
- 256 d) comparecer pessoalmente ou designando seus substitutos, aos atos e solenidade em
- 257 que a CDL deva representar-se;
- 258 e) representar a CDL ativa e passivamente em juízo ou fora dele, sem prejuízo do
- 259 disposto no art. 39;
- 260 f) relatar suas atividades nas assembléias gerais;
- 261 g) prestar contas documentalmente das despesas de representação aprovadas pela
- 262 diretoria;
- 263 h) conceder entrevistas ou declarações aos órgãos de comunicação ou delegar ao Diretor
- 264 de Comunicações e Eventos, como porta-voz natural da opinião da CDL;
- 265 i) submeter, para aprovação do Conselho Consultivo ou Superior, as mutações
- 266 patrimoniais da CDL que atinjam mais de 30% (três por cento) de seu patrimônio
- 267 contábil;
- 268 j) contratar auditoria de balanço;
- 269 k) criar departamentos e comissões conjuntamente ou com prévia aprovação da
- 270 diretoria;
- 271 l) presidir as assembléias ordinárias e extraordinárias, exceto a destinada às eleições nos
- 272 art. 52, letra "c".
- 273 **Art. 31º - Compete ao Vice-Presidente** auxiliar o Presidente, no desempenho de suas
- 274 funções e atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos e demais
- 275 disposições estatutárias.
- 276 **Art. 32º - Compete ao Diretor Financeiro:**
- 277 a) assessorar o Presidente no acompanhamento dos assuntos administrativos,
- 278 econômicos e financeiros, patrimoniais e contábeis da CDL;
- 279 b) assinar, com o Presidente, todos os documentos que envolvam disponibilidade de
- 280 recursos financeiros da CDL;
- 281 c) responsabilizar-se pelos saldos, aplicações financeiras e contas correntes bancárias,
- 282 que só serão movimentadas com sua assinatura e a do Presidente, ou Vice-Presidente,
- 283 em caso de impedimento ou vacância daquele;
- 284 d) relatar, nas reuniões da Diretoria Executiva e ordinária da Assembléia Geral, as
- 285 atividades de sua área, apresentando o comportamento da previsão orçamentária.



Art. 33º - Compete ao Diretor Administrativo:

- a) substituir o Diretor Financeiro em suas ausências e impedimentos;
- b) secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais;
- c) assessorar o presidente nos assuntos de sua pasta, bem como se responsabilizar pelos arquivos, atas, livros de presenças e quaisquer outros documentos administrativos;
- d) responsabilizar-se pelos serviços e quadro de pessoal administrativo;
- e) controlar a frequência das Associadas Efetivas nas Assembléias.

Art. 34º - Compete ao Diretor de Serviços e Produtos:

- a) assessorar o Presidente nos assuntos de sua pasta, e responsabilizar-se por documentos que dizem respeito à sua área;
- b) responsabilizar-se pelos serviços e respectivos produtos, cuidando de suas atualizações e inovações, Serviço de Informação Cadastral, Serviços de Assistência Médica, Serviço de Promoções, Serviço de Aperfeiçoamento Profissional, entre outros;
- c) buscar resultados nos serviços para reinvestimentos, de acordo com as recomendações da Diretoria Executiva;
- d) substituir o Diretor Administrativo em seus impedimentos;
- e) relatar, a Assembléia Geral e Diretoria Executiva, quando solicitado, as atividades de sua área.

Art. 35º - Compete ao Diretor Comercial e de Expansão:

- a) responsabilizar-se pela comercialização dos serviços e produtos mantidos pela CDL, além de promover a expansão do quadro de associadas da entidade;
- b) acompanhar os trabalhos gerenciais de vendas e mercadologia que visem à comercialização de produtos da área de serviços;
- c) informar o diretor de Serviços e Produtos sobre as novas necessidades dos serviços e as posições concorrências e de mercado;
- d) relatar, a Assembléia Geral e Diretoria Executiva, quando solicitado, as atividades de sua área;
- e) assessorar o Presidente nos assuntos de sua pasta, responsabilizando-se por documentos que dizem respeito à sua área.

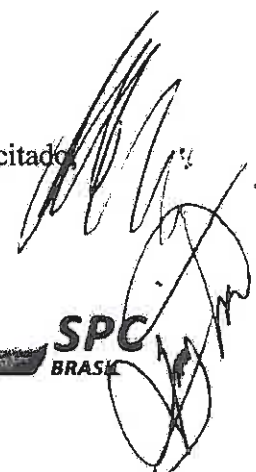
Art. 36º - Compete ao Diretor de Comunicação e Eventos:

- a) assessorar o Presidente no acompanhamento dos assuntos relativos a quaisquer eventos públicos ou sociais, além de promovê-los, cuidando ainda do cerimonial, secretariar reuniões, convocações e comunicações em geral com o público interno e externo da CDL;
- b) cuidar da comunicação da CDL junto aos órgãos de imprensa e comunidade em geral, sendo o porta-voz da entidade, por delegação específica do Presidente;
- c) relatar a Assembléia Geral e Diretoria Executiva, quando solicitado, assuntos e atividades pertinentes de sua área;
- d) congregar as associadas em torno de questões sociais, culturais e comunitárias, promovendo encontros, projetos culturais e comunitários;

Art. 37º - Compete ao Diretor de Assuntos Públicos e Políticos:

- a) manter relacionamento com a classe política e autoridades públicas em geral;
- b) acompanhar os projetos de lei de interesse da classe e comunidade;
- c) assessorar o Presidente e a Diretoria Executiva na sua área de atuação;
- d) promover encontros e reuniões com a classe política e com seus assessores;
- e) relatar ao Presidente e a Diretoria Executiva e a Assembléia Geral, quando solicitado, assuntos e atividades de sua área de atuação.

Art. 38º - Compete ao Diretor de Patrimônio;



- a) assessorar o Presidente na conservação, aquisição, ampliação de bens imóveis, móveis e utensílios da CDL;
- b) solicitar orçamentos em nome da CDL na contratação de bens e serviços, emitindo parecer quanto a melhor orçamento considerando, conjuntamente, preço e qualidade;
- c) vistoriar bens e utensílios colocados à disposição das associadas e da diretoria;
- d) relatar ao Presidente e a Diretoria, quando solicitado, a situação de sua área e atividades.

Art. 39º - A CDL será sempre representada ativa e passivamente em juízo ou fora dele, pelo Presidente, que poderá, em sua ausência ou impedimento, ser substituído pelo Vice-Presidente, podendo ainda, ser representada por procurador ou procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Único - Na outorga de procuração, especificará sempre os poderes especiais dos mandatários, os atos e operações que poderão ser praticados e os prazos de validade das procurações.

Art. 40º - Os Diretores designados pelo Presidente da CDL, nas suas atividades, deverão se reportar aos Diretores Administrativo e Financeiro em assuntos relacionados à área de atuação destes.

Art. 41º - É vedado, seja a que título for, direta ou indiretamente, qualquer forma ou modalidade de remuneração aos ocupantes de cargos de diretoria, dos órgãos consultivos, deliberativos, comissões e departamentos da CDL.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO I - DAS ELEIÇÕES

Art. 42º - As eleições para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da CDL serão realizadas bienalmente, nos anos ímpares, em reunião da Assembléia Geral Extraordinária, no mês de novembro, sendo as Associadas Efetivas convocados mediante convocação protocolada até 30 (trinta) dias antes de sua realização.

Art. 43º - As eleições serão presididas pelo Presidente do Conselho Consultivo em exercício.

Art. 44º - O mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal será de 02 (dois) anos, sendo permitida apenas uma reeleição, com início de mandato em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro.

Art. 45º - Qualquer Associada Efetiva poderá apresentar e requerer a inscrição da chapa para concorrer à eleição da entidade, acompanhada de declaração dos candidatos aceitando o cargo na chapa indicada.

Art. 46º - Somente poderão ser candidatos as Associadas Efetivas no pleno gozo de seus direitos.

Art. 47º - As chapas candidatas deverão ter pedido de inscrição na Secretaria da CDL, até 15 (quinze) dias antes da data prevista para a eleição.

Art. 48º - No momento da entrada do pedido de inscrição, as chapas receberão um número fornecido pela Secretaria da CDL, pelo qual será a chapa conhecida.

§ 1º - A Diretoria Executiva somente poderá indeferir o pedido de inscrição de qualquer chapa quando esta não preencher os requisitos previstos neste Estatuto.

§ 2º - Nenhum candidato poderá constar em mais de uma chapa, para concorrer às eleições.

Art. 49º - Após o deferimento da inscrição da chapa será facultado ao candidato a Presidente o acesso às informações sobre a situação de cada Associada Efetiva.

Art. 50º - Somente poderão votar as Associadas Efetivas que se fizerem presentes sendo vedado o voto por procuração.

Sistema CNDL



Art. 51º - Será considerada eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos dos presentes à reunião ordinária da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim.
Parágrafo Único - Em caso de empate, após a segunda votação, será proclamada eleita a chapa liderada pelo candidato a Presidência que tiver maior tempo de filiação na CDL.

SEÇÃO II - DA ASSEMBLÉIA DESTINADA AS ELEIÇÕES

Art. 52º - A Assembléia destinada às eleições:

a) se instalará, em primeira convocação, às 08h30min do dia da eleição e em convocação seguinte, com intervalo de 30 minutos, quando atingido o quorum de que trata o parágrafo único do art. 16, com término às 13:00 horas do mesmo dia.

b) serão admitidos um fiscal e um suplente por chapa, que deverá ser indicado até 30 minutos do início da instalação da assembléia destinada as eleições.

c) será presidida pelo Presidente do Conselho Consultivo, que convidará dois representantes, de Associadas Efetivas, não candidatos, para assessorá-lo no escrutínio dos votos;

Parágrafo Único - Em caso de divergência entre os escrutinadores, quanto à validade de qualquer voto, caberá ao Presidente da mesa a decisão final.

Art. 53º - As eleições serão realizadas, obrigatoriamente, por voto secreto, caracterizado em cédula impressa, onde constarão os cargos e nomes dos candidatos à Diretoria, Conselho Fiscal, o n.º da chapa e nome do candidato à presidência.

Art. 54º - Na hipótese dos votos brancos serem em maior número que os votos válidos, será convocada nova eleição observando-se os prazos legais.

CAPÍTULO V

DOS SERVIÇOS MANTIDOS PELA CDL

Art. 55º - Os serviços mantidos serão regidos por regulamento próprio aprovado pela Diretoria Executiva.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS.

Art. 56º - As associadas não respondem, nem solidária e nem subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela CDL.

Art. 57º - Serão consideradas receitas da CDL, as contribuições e mensalidades das associadas, taxas estipuladas por serviços prestados ou postos à disposição, aluguéis, convênios, promoções e, ainda, receitas eventuais e extraordinárias.

Art. 58º - Serão às expensas da CDL, as despesas de representação feitas pelo Presidente, membros da diretoria e funcionários ou outros ligados a CDL nomeados pelo Presidente com a aprovação da diretoria, quando a serviço ou de interesse da entidade, cujos valores serão determinados e limitados em reunião de diretoria.

Art. 59º - Para efeito deste Estatuto, compreende-se exercício financeiro, como o vigente de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Art. 60º - O presente Estatuto só poderá ser alterado mediante deliberação tomada na forma no parágrafo segundo do art. 18 pela Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 61º - A ata que modificar ou alterar este Estatuto será sempre assinada por todas Associadas Efetivas que estiverem presentes à reunião extraordinária da Assembléia Geral, admitida a consignação dos votos divergentes em ata separada.

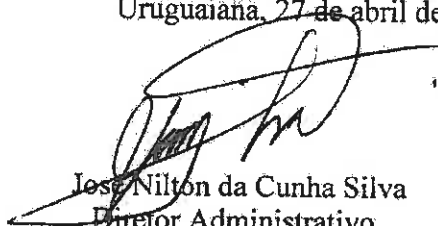
Art. 62º - Em caso de dissolução da CDL, votada pela Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, se decidirá com a presença de 4/5 (quatro quintos) de suas Associadas Efetivas, que o patrimônio será doado à outra entidade de objeto social análogo, sendo esta destinação imutável.

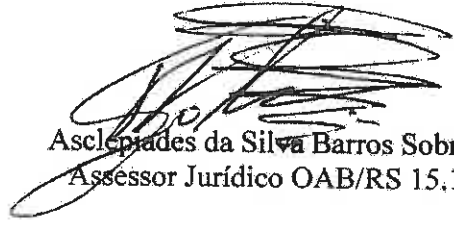
Parágrafo único: a extinção da entidade opera-se nas seguintes situações:

- 431 a) Por decisão da assembléia geral extraordinária, na forma do caput deste artigo;
432 b) Por decisão judicial.
433 Art. 63º - São símbolos da CDL, a bandeira, o logotipo e o escudo, sendo suas cores: o
434 azul rei, o verde bandeira e o branco.
435 Parágrafo Único: O elemento-base do distintivo do Movimento Lojista é a “nau fenícia”
436 e será, obrigatoriamente, utilizada pela CDL.
437 Art. 65º - O presente Estatuto entra em vigor na data da sua aprovação, ficando
438 revogadas todas as disposições em contrário.
439

Uruguiana, 27 de abril de 2016.


Luciane da Cunha Lopes
Presidente CDL


José Nilton da Cunha Silva
Diretor Administrativo


Asclepiades da Silva Barros Sobrinho
Assessor Jurídico OAB/RS 15.159

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE URUGUAIANA
Oficial Registrador - Adílson Renê Ribeiro Teixeira
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

Usando a faculdade que me refere a lei, e a pedido verbal da parte interessada, CERTIFICO em razão do meu cargo, que revendo neste cartório, **encontrei a averbação nº3 do registro original nº474, digitalizado no Livro "A" Nº.15, de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, nele, às folhas 293 em data de quarta-feira, 25 de maio de 2016, referente a ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL da: "CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE URUGUAIANA".**

Todo o referido é verdade a que dou fé. Eu, Adílson Renê Ribeiro Teixeira, Oficial Registrador, mandei digitar, subscrevo e assino.



Uruguaiana, RS, 25/05/2016.

Adílson Renê Ribeiro Teixeira
Oficial Registrador

Adílson Renê Ribeiro Teixeira
Oficial Registrador

Emolumentos: Total: R\$ 11,70 + R\$ 0,80 = R\$ 12,50
CERTIDÃO PJ (1 pgs): R\$ 7,60 (0715.01.0900003.24752 = R\$ 0,40)
PROCESSAMENTO ELETRÔNICO: R\$ 4,10 (0715.01.0900003.24753 = R\$ 0,40)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE URUGUAIANA

CERTIFICO que o presente documento de protocolo nº 68413, foi
averbado sob nº 3 à margem do registro nº 474/A-2 e digitalizado às
folhas 295-1 rev. 16, do livro A-15. O referido é verdade. Dou fé.

Uruguaiana, quarta-feira, 25 de maio de 2016.

Adilson Renê Ribeiro Teixeira - Oficial Registrador

Emolumentos Total: R\$ 117,30 + R\$ 3,30 = R\$ 120,60

CERTIDÃO (R. 1.ª via): R\$ 7,60 (0715.01.0900003.24752 = R\$ 0,40)

EXAME DO DOCUMENTO: R\$ 35,10 (0715.04.0900003.06329 = R\$ 0,90)

DIGITALIZAÇÃO: R\$ 18,20 (0715.03.0900003.22096 = R\$ 0,70)

PROCESSAMENTO ELETRÔNICO: R\$ 4,10 (0715.01.0900003.24753 = R\$ 0,40)

AVERBAÇÃO P: R\$ 52,30 (0715.04.0900003.06330 = R\$ 0,90)

Adilson Rê
Oficial Registrador
Uruguaiana, 25 de maio de 2016.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

| | | | |
|---|---|---|---------------------------------------|
|  | | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | |
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 88.128.863/0001-90 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 07/11/1973 |
| NOME EMPRESARIAL CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE URUGUAIANA | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CDL | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada | | | |
| LOGRADOURO AV DUQUE DE CAXIAS | NÚMERO 2173 | COMPLEMENTO | |
| CEP 97.500-181 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO URUGUAIANA | UF RS |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO | | TELEFONE | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/10/2004 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

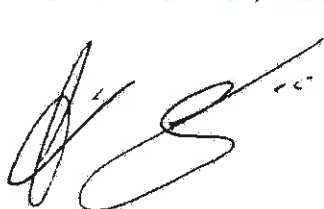
Emitido no dia **22/05/2017** às **09:41:57** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 22/05/2017

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ELETIVA DE ELEIÇÃO E POSSE DA CÂMARA DE
DIRIGENTES LOJISTAS URUGUAIANA, REALIZADA EM
28 DE NOVEMBRO DE 2015.**

Aos vinte oito dias do mês de novembro de dois mil e quinze, às 08h30min horas, realizou-se, na sede social, sita na Avenida Duque de Caxias nº. 2173, nesta cidade, Assembléia Geral Extraordinária Eletiva da Câmara de Dirigentes Lojistas de Uruguiana, sob a direção do Presidente do Conselho Consultivo da CDL, Sr. Jorge Claudimir Prestes Lopes, o qual informou aos presentes que a ordem do dia da Assembléia era para Eleição e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal da entidade, para o biênio de 2016/2017. Usando a palavra o Sr. Jorge Lopes informou que daria início aos trabalhos de votação, que foi iniciada às 09h00min horas conforme artigo 52 do estatuto da entidade, após examinar a urna disposta para a recepção dos votos, constatou que a mesma se encontrava em condições. Também procedeu da mesma forma em torno da análise das cédulas impressas, nas quais constava a nominata da única chapa registrada, dentro do prazo exigido pelo estatuto social, na forma de seu artigo 42. O registro, conforme documento comprobatório foi efetivado no dia 16 de novembro do corrente ano, informação esta prestada como verdadeira pelo Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Uruguiana, Sr. Jorge Alberto Rafael Urquiza. A composição desta é dada da seguinte forma: **Presidente**, LUCIANE DA CUNHA LOPES, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 9042069261 e do CPF nº 594.725.610.04; **Vice Presidente**, READ BARAKAT MOHAMAD JABR, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 0001006372 e do CPF nº 552.306.601.04; **Diretor Financeiro**, VALDIR DO PRADO PEREIRA, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 1020381933 e do CPF nº 059.261.900.10; **Diretor Administrativo**, JOSE NILTON DA CUNHA SILVA, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 7034989991 e do CPF nº 507.237.230.87; **Diretor de Serviços e Produtos**, ELCIO DOMINGOS LOCATELI, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 9002142736 e do CPF nº 142.149.540.68; **Diretor Comercial e de Expansão**, JORGE ALBERTO RAFAEL URQUIZA, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 2813842261 e do CPF nº 372.865.440.04; **Diretor para Assuntos de Comunicação e Eventos**, ENILDA ARAUJO BARRETO, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 2037168644 e do CPF nº 476.214.860.15; **Diretor para Assuntos Públicos e Políticos**, CLARINDO MARTINS BARBOSA, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 1018338861 e do CPF nº 332.903.690-72; **Diretor de Patrimônio**, JOSÉ COLPO PERUZZI, brasileiro,



Sistema CNDL

 CNDL FCDL CDL CDL
Jovem SPC

casado, empresário, portador do RG nº 5026235366 e do CPF nº 060.663.480.00. Além disso, foi composto também o Conselho Fiscal da Câmara de Dirigentes Lojistas, desta forma: **Conselheiros Efetivos**, ISMAEL ALI MUHD SAID YUSUF BAKLIZI, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 2509176SC e do CPF nº 372.877.611.49; LUIZA LUZIMAR CRISPIM, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 8463995CE e do CPF nº 117.629.018.54; JOSE VANDERLAN BENVENU, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 1025443647 e do CPF nº 390.390.900.06 372.877.611.49; **Conselheiros Suplentes**, MARIO MENA BARRETO CARVALHO FILHO, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 3008689626 e do CPF nº 429.603.390.53; JOÃO BATISTA SALDANHA, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 8019639163 e do CPF nº 387.822.350.15; ALESSANDRA FONTANA SAENGER, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 8016345053 e do CPF nº 639.900.590.68. Iniciada a votação, cada representante previamente credenciado da empresa associada em condições de votar assinava o registro de presença e recebia a cédula, dirigindo-se a urna. Às treze horas, encerrado o processo de votação, foi constatada a participação efetiva, conforme a assinatura no livro de presenças, de 69 associados votantes. Logo em seguida, foi imediatamente iniciada a apuração dos votos, que determinou 69 votos na chapa 1, tendo como escrutinadores os senhores: Manoel Olinto Vernes Barreto e Pedro Leopoldo Tjader e Giancarlo Ferriche Fonseca. Diante do resultado apresentado, o Sr. Jorge Claudimir Prestes Lopes, Presidente dos Trabalhos, declarou eleitos e empossados os membros da Diretoria e Conselho Fiscal da referida chapa. Esgotada a ordem do dia, o Presidente da entidade, Sr. Jorge Alberto Rafael Urquiza, agradeceu aos demais membros da mesa, aos representantes das empresas associadas presentes, cumprimentou os eleitos e encerrou os trabalhos, determinando a mim, Jorge Claudimir Prestes Lopes, Presidente Conselho Consultivo da CDL a lavratura da presente ata. Uruguiana aos 28 de novembro de 2015.


Jorge Alberto Rafael Urquiza
Presidente CDL
Jorge Prestes Lopes
Presidente Conselho Consultivo
Manoel Vernes Barreto
Escrutinador
Giancarlo Ferriche Fonseca
Escrutinador
Pedro Tjader
Escrutinador

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE URUGUAIANA
Oficial Registrador - Adílson Renê Ribeiro Teixeira
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

Usando a faculdade que me refere a lei, e a pedido verbal da parte interessada, CERTIFICO em razão do meu cargo, que revendo neste cartório, **encontrei a averbação nº2 do registro original nº474/A-2 digitalizado no Livro "A" Nº.15, de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, nele, às folhas 038 em data de segunda-feira, 28 de dezembro de 2015, referente a ATA DE ELEIÇÃO / POSSE DE DIRETORIA E CONSELHO FISCAL da: "CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE URUGUAIANA".**

Todo o referido é verdade a que dou fé. Eu, Adílson Renê Ribeiro Teixeira, Oficial Registrador, mandei digitar, subscrevo e assino.

Uruguaiana, RS, 28/12/2015.



Adílson Renê Ribeiro Teixeira
Oficial Registrador

Bel. Diego Sasso Teixeira
Oficial Tabelião Substituto
CPF: 009.512.290-79

Emolumentos: Total: R\$ 10,30 + R\$ 0,80 = R\$ 11,10
CERTIDÃO PJ (1 pgs): R\$ 6,70 (0715.01.0900003.23371 = R\$ 0,40)
PROCESSAMENTO ELETRÔNICO: R\$ 3,60 (0715.01.0900003.23372 = R\$ 0,40)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE URUGUAIANA

CERTIFICO que o presente documento de protocolo nº 67910, foi
averbado sob nº 2 à margem do registro nº 474/A-2 e digitalizado às
folhas 38 frente, do livro A-15. O referido é verdade. Dou fé.

Uruguaiana, segunda-feira, 28 de dezembro de 2015.

Adilson René Ribeiro Teixeira - Oficial Registrador

Emolumentos Total: R\$ 90,20 + R\$ 2,80 = R\$ 93,00

CERTIDÃO PJ (1 pgs): R\$ 6,70 (0715.01.0900003.23371 = R\$ 0,40)

EXAME DOCUMENTOS: R\$ 31,10 (0715.03.0900003.21583 = R\$ 0,70)

DIGITALIZAÇÃO: R\$ 2,40 (0715.01.0900003.23373 = R\$ 0,40)

PROCESSAMENTO ELETRÔNICO: R\$ 3,60 (0715.01.0900003.23372 = R\$ 0,40)

AVERBAÇÃO PJ: R\$ 46,40 (0715.04.0900003.06796 = R\$ 0,60)

Bel. Diego Sasso Teixeira
Oficial e Tabelião Substituto
CPF: 009.512.290-79